



Anais do Evento

*VII Seminário Internacional
Violência e Conflitos Sociais:*

Relações de Poder e Segurança Pública

lev |  **30anos**

Sumário

GT 01 - Conservadorismo, extremismo e violência 8

Sexualidade, aborto e valores familiares enquanto agenda política conservadora no Brasil	9
Construindo narrativas: redes sociais e a violência (in)localizável	19
Violência Política de Gênero: Uma análise a partir do Feminismo Negro	29
OS "CELIBATÁRIOS INVOLUNTÁRIOS": UM DISCURSO DE PODER PARA ALÉM DA ESFERA DIGITAL	39
OS ATAQUES ÀS ESCOLAS SOB A ÓTICA DA ETNOGRAFIA DO NEONAZISMO	49
O perfil político-ideológico dos candidatos apoiados pelas milícias fluminenses nas eleições de 2022	60
Memória, Religião e Violência no Cariri: o valor da honra no tempo presente	74

GT 02 - Políticas Afirmativas, classificações étnico-raciais e novas violências raciais 84

Muros delicadamente construídos: o impacto do racismo cearense nas vivências de estudantes do Brasil e de países africanos.	85
O despertar afropindorâmico de mulheres negras nordestinas dentro da academia: a universidade como um lugar de construção de saberes a ser ocupado	94

GT 03 - Segurança pública e administração de conflitos intersecções entre direitos humanos, violência, processos diaspóricos e políticas públicas 102

A METODOLOGIA APAC NAS (ENTRE)LINHAS-O DIÁRIO DE CAMPO ENQUANTO FERRAMENTA DE ANÁLISE DE UM SISTEMA PRISIONAL ALTERNATIVO	103
DESAPARECIMENTO FORÇADO DE ADOLESCENTES NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA ARMADA URBANA NA CIDADE DE FORTALEZA (CE)	110
Uma análise racial das notícias veiculadas sobre facções criminosas nos grandes jornais de circulação do estado da Bahia	115
ATUAÇÃO DA GESTÃO PENITENCIÁRIA CEARENSE A PARTIR DA PERSPECTIVA DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	127
CONFLITO, VIOLÊNCIA E BULLYING: REFLEXÕES SOBRE A REGULAÇÃO LEGAL E IMPACTOS NA COMUNIDADE ESCOLAR	136
DA MATA À SOJA: Implicações socioambientais do avanço da monocultura da soja na região do Baixo Parnaíba Maranhense	146

GT 04 - Dinâmicas da Violência Estado, Mercados Ilegais, Criminalidade e Segurança Pública. 154

"HOMENS QUE CHORAM CALADOS": o trabalho do policial civil a partir das dinâmicas de violência no Estado do Pará.	155
POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA A PARTIR DAS MARGENS: SEGREGAÇÃO URBANA, LETALIDADE E PUNITIVISMO NO DISTRITO FEDERAL E EM GOIÁS	161
Sistema de relações sociais do crime: um arranjo conectado pela interdependência criminal	171

O ESTADO QUE PUNE CORRIGE?	181
Pistas de Pousos Clandestinas: interconexões entre tráfico de drogas transnacional e agronegócio em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.....	193
Representações sociais das facções criminosas: panorama da transição do Comando da Paz para Comando Vermelho, em Salvador/BA.	202
Controle territorial em rede: O papel da comunicação digital na governança armada das periferias urbanas de Fortaleza	215
TERRITÓRIOS DO CRIME: UMA ANÁLISE SOBRE A EXPANSÃO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS NOS MUNICÍPIOS DE CAUCAIA E PACAJUS - CEARÁ ..	228

GT 05 - Dinâmicas criminais e convergência interdisciplinar 238

Redes de Amparo às Vítimas de Violências Urbanas: um relato de experiência em um hospital terciário	239
O Estado Anômico e a Reconfiguração da Sociabilidade pelas Facções Criminais	246
Escrito sobre traumas para ouvidos que têm almas: Uma análise sociológica, psicanalítica, literária e histórica sobre o problema da violência no Brasil, as particularidades do Estado de Goiás.	257
OS CONFRONTOS DE TORCIDAS ORGANIZADAS EM FORTALEZA E REGIÃO METROPOLITANA: UM OLHAR DA CÉLULA DE INTELIGÊNCIA DO BATALHÃO DE CHOQUE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ NO ENFRENTAMENTO DESTE FENÔMENO DA VIOLÊNCIA NO ANO DE 2023.	266
A SAÚDE COMO CONVERGENTE INTERDISCIPLINAR NO COMBATE À CRIMINALIDADE	278
O POTENCIAL USO DO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NO CASO DOS DESLOCADOS URBANOS POR CONTA DA ATUAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	290
O PAPEL DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL NO COMBATE À POBREZA MENSTRUAL NO SISTEMA CARCERÁRIO	305
O USO DE CÂMERAS CORPORAIS NO MEIO POLICIAL: A HORA DO	311
FEDERALISMO COOPERATIVO DE VIÉS DEMOCRÁTICO NA SEGURANÇA PÚBLICA?.....	311
A dinâmica do crime de corrupção no Brasil: uma abordagem interdisciplinar voltada a segurança pública.....	322

GT 06 - Drogas, Culturas e Sociabilidades 329

O PAPEL DA REDUÇÃO DE DANOS NA ASSISTÊNCIA AOS USUÁRIOS DE ÁLCOOL E SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: IMPLICAÇÕES PSICOSSOCIAIS SOBRE A VIOLÊNCIA.....	330
De maconheiro à dealer : sociabilidade e mercado em torno da maconha em Maceió.	339
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E RESTAURAÇÃO DA PAZ NA ESCOLA PÚBLICA: NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS – AVALIAÇÃO DO PROJETO EMPAZ DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE FORTALEZA	351

GT 07 - Violência, crime e sistema de justiça:

atores estatais, criminais e a violência entre o dentro e o fora das prisões brasileiras 359

Ampliação, crise e reestruturação do Sistema Estadual Penitenciário Maranhense e a novas dinâmicas criminais no Estado	360
Novas facções do Ceará e movimentos de resistência:	371
uma análise sobre as estruturas organizativas da G.D.E e Massa/TDN	371

Movimentação das facções criminosas no interior do estado da Bahia nos anos de 2020 a 2022, através da representação midiática do jornal Correios.	382
QUAIS PRENDER, QUAIS PROTEGER? VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E TRÁFICO DE DROGAS NA ORDEM FACCIONAL-JURISDICIONAL EM JOÃO PESSOA/PB.....	388
A difusão do modelo de facção criminosa ao nordeste brasileiro: isomorfismo, localização e inovação	398
Para além do estudo da norma: uma revisão sistemática dos estudos empíricos sobre política criminal e política penal	409

GT 08 - Margens e Relações de poder

Violências interseccionais, migrações e (re) existências socioterritoriais. 421

DESLOCAMENTOS FORÇADOS EM FORTALEZA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA HABITACIONAL “MINHA CASA, MINHA VIDA”.	422
O impacto das organizações da sociedade civil nas identidades juvenis em margens urbanas: um estudo bibliográfico para pensar o ensino de música clássica em Fortaleza-CE	432
Tá matando a natureza e tá matando o ser humano: uma etnografia da violência lenta numa frente de expansão do capitalismo verde	443
OS FEMINICÍDIOS ANALISADOS A PARTIR DA RELAÇÃO ENTRE CORPOS E TERRITÓRIOS	455
IMIGRAÇÃO E POBREZA: fluxos migratórios de sobrevivência nas margens de Fortaleza-CE	466
VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM PERSPECTIVA INTERSECCIONAL NO BRASIL: aproximações às estatísticas, concepções e política de enfrentamento.....	477
“NUM EXISTE LEI NÃO PRA ISSO”: DESLOCAMENTOS FORÇADOS E VIOLÊNCIA ARMADA NA CIDADE DE FORTALEZA (CE, BRASIL)	485
TRAJETÓRIAS DE MULHERES-MÃES COM FILHOS(AS) ACOLHIDOS(AS) E A PRÁXIS MATRICÊNTRICA DE ESTADO	491
“Não somos o problema, somos parte da solução”: auto-organização de usuárias/es de drogas através da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas.....	502
Milícias no Rio de Janeiro, paramilitares na Colômbia: uma análise comparativa da inserção política através do controle territorial armado	512
SAÚDE MENTAL DO MIGRANTE EM COMUNIDADES PERIFÉRICAS: POSSIBILIDADES DA TERAPIA COMUNITÁRIA NO CUIDADO PSICOSSOCIAL.....	524
É possível ser um refugiado em sua própria cidade? uma análise sócio-histórica acerca das migrações induzidas por projetos de desenvolvimento em Fortaleza.	531
Experiências interseccionais na gestão da pobreza: relações de classe, gênero e raça na vida das mulheres do Programa Bolsa Família – PBF	542

GT 09 - Experiências, Práticas e Sociabilidades Juvenis no Mundo Contemporâneo. 550

A CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA INTER(IN)VENÇÃO NO FESTIVAL DAS JUVENTUDES DO GBJ: PERCURSOS E PRÁTICAS DE PESQUISA	551
Artes Insurgentes: Coletivizando resistências e reinventando trajetórias a partir do enfrentamento da violência.	562
A comunicação como eco da violência em torno de juventudes periféricas	569
EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PIAUÍ: reflexões sobre a formação e inserção profissional de jovens egressos do IFPI	574

A arte criadora de mundos: O “Festival das Juventudes” como dispositivo disruptivo/inventivo face à necropolítica no Grande Bom Jardim.	584
Trajetórias Pós-medida: desvendando a relevância dos Programas de acompanhamento aos adolescentes egressos do sistema socioeducativo	591
OS THUGS EM CABO VERDE: ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA E DA CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA PÚBLICO DA “DELINQUÊNCIA JUVENIL” ...	602

GT 10 - Intolerância e racismo no campo religioso brasileiro: referências, pesquisas e debates 613

BATISMOS: ENTRE A LEI DO CRIME E A LEI DE DEUS	614
A controvérsia das cores: a construção de uma arena pública entorno da estátua de Iemanjá – Praia Grande/SP	618

GT 11 - Cidades: entre iniciativas culturais e ações políticas 628

“Entre o gatilho e a tempestade”: O conhecimento das ruas a partir do saber periférico na batalha da Cururu Skate e Rap em Fortaleza – CE.	629
“Sábado Festivo”, um “respiro” de (re)existência frente às violências vividas na comunidade do Grande Bom Jardim.	636
A LUCRATIVA CULTURA DO MEDO E DA VIOLÊNCIA URBANA	644
PASSEIOS COMO ATO POLÍTICO DAS CRIANÇAS: (IM)POSSIBILIDADES NA RELAÇÃO COM A CIDADE DE FORTALEZA	652
A oficina de skate e o intervir cartográfico: a produção coletiva de contrapontos aos regimes de mobilidades na periferia de Fortaleza.	658

GT 12 - Cidadania Sexual, Feminismos e Interseccionalidade:

Desafios para pensar direitos humanos e violências na sociedade brasileira. 668

“QUEM CHORA POR NÓS?": UMA ANÁLISE SOBRE A INVISIBILIDADE INSTITUCIONAL DA VIOLÊNCIA E DO ASSASSINATO DE PESSOAS LGBTI+ NO CEARÁ	669
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UMA REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS DO ATENDIMENTO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO CONTEXTO PANDÊMICO	680
ENTENDENDO A GORDOFOBIA COMO UMA VIOLÊNCIA ESTRUTURAL: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE INTERSECCIONAL	692
Problemas de Gênero e Sexualidade nas Prisões Maranhenses	703
Intersecções nas mortes violentas e intencionais de mulheres em uma capital do Nordeste	719

GT 13 - Saberes, políticas e fluxos prisionais 730

Vozes que Cantam a Liberdade: um debate sobre ressocialização	741
Conjugalidades e prisão no Ceará: dinâmicas de afeto frente ao encarceramento em massa.	749

"Combinamos de recusar tudo, eu e ele": relacionamentos e dinâmicas afetivas na Primeira Unidade Referência para Pessoas LGBTQIAPN+ Privadas de Liberdade	759
Perspectivas de Produção de Conhecimento no Ambiente da Extensão Universitária: Um Estudo na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC)	768
VISITAS TÉCNICAS PARA COMPREENSÃO DO FLUXO DE CUIDADOS DA TUBERCULOSE NO SISTEMA PRISIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	778
IMERSÃO EM UNIDADE PENITENCIÁRIA PARA DESENVOLVIMENTO DE PROTOCOLO DE SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO PRISIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	784
VISITAS TÉCNICAS PARA A CRIAÇÃO DE PROTOCOLO HAS/DM NA SAÚDE PRISIONAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA	789
FLUXO DE ATENDIMENTO EM SAÚDE PARA O VÍRUS DA IMUNODEFICIÊNCIA HUMANA (HIV) NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA	795
FLUXO DE ATENDIMENTO EM SAÚDE AOS INGRESSOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA	802
MARCADAS PELO CÂRCERE: UM ESTUDO SOBRE MULHERES IDOSAS NO SISTEMA PRISIONAL DO CEARÁ.	811

GT 15 - Violência doméstica e intrafamiliar contra mulheres, crianças e adolescentes. 821

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM DESAFIO SOCIAL CRESCENTE E A IMPORTÂNCIA DO NÃO DELAS.	822
VIOLENCE AGAINST WOMEN: A GROWING SOCIAL CHALLENGE AND THE IMPORTANCE OF THEIR NO.	822
O PARADOXO DA PRODUÇÃO DE DADOS DE VIOLÊNCIA LETAL INTENCIONAL CONTRA MULHER NO BRASIL: UM RECORTE A PARTIR DO PIAUÍ (2015-2022)	832
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA ADMITIDA: UM OLHAR SOB A VITIMIZAÇÃO DE MULHERES NO BRASIL EXPOSTA EM UM RELATÓRIO	839
O uso da alienação parental por homens acusados de praticar violência doméstica: uma análise da jurisprudência da região Nordeste	849

GT 16 - Ilegalismos, Dispositivos de Controle e Punição 860

Enquadramento social, território e estigma: as economias morais e a (in)fundada suspeita como justificção para o ato de linchar	861
Tempestade Perfeita? Da indústria da insegurança e vigilância estatal até a regulação da intrusão digital pelo Estado	870
Desenvolvimento jurídico-político do direito humano contra a prática de tortura: uma revisão histórica até a contemporaneidade brasileira ¹	881
PARA ALÉM DA APARÊNCIA: O PAPEL REGULADOR DO BONDE DOS 40 NO VAREJO DO TRÁFICO	888

Intersecções nas mortes violentas e intencionais de mulheres em uma capital do Nordeste¹

Suzianne Jackeline Gomes dos Santos (OMT-SMPM/Teresina-Piauí)

RESUMO

A cada hora, 5 mulheres são assassinadas por razões de gênero. Enquanto 56% dos homicídios de mulheres são cometidos por parceiros íntimos ou familiares, apenas 11% dos homicídios masculinos ocorrem no âmbito doméstico e familiar (ONUWOMEN, 2022). No Brasil, mulheres negras morrem 1,8 vezes mais do que mulheres não negras. Travestis negras e jovens são as que mais sofrem violência entre as pessoas LGBTQIA+. (IPEA, 2023). Assim, a compreensão sobre violência deve considerar aspectos estruturais da organização social e seus marcadores sociais, como gênero, sexualidade, raça/etnia e geração. Este trabalho baseia-se na análise dos dados quantitativos do 2º Boletim do Observatório Mulher Teresina, sobre mortes violentas e intencionais (MVI) de mulheres ocorridas em Teresina-Piauí entre 2021 e o primeiro semestre de 2022, a fim de aprofundar a sua discussão, destacando similaridades e particularidades entre os feminicídios e as demais MVIs. A análise dessas violências letais direciona-se para alguns aspectos e intersecções, categorizadas em quatro tópicos: raça e geração; raça e instrumentos utilizados na violência; motivações dos assassinatos e relações de gênero; e aspectos territoriais. Observou-se a relação predominante entre gênero e raça na violência letal, principalmente no perfil das mulheres assassinadas e no instrumento utilizado, apresentando diferenciação no aspecto geracional entre os feminicídios e demais MVIs. A análise racial e de gênero mostrou-se fundamental para compreensão da violência letal, evidenciando a sua relação com racismo e sexismo na sociedade. Observa-se a necessidade de dados locais neste tema sobre o contexto de pessoas de sexualidades e identidades de gênero dissidentes.

Palavras-chave: mortes violentas e intencionais; feminicídio; interseccionalidades.

INTRODUÇÃO

Para compreender as dinâmicas das violências perpetradas principalmente contra corporalidades específicas, deve ser considerado os aspectos estruturais da organização social e seus marcadores sociais, como gênero, classe, raça/etnia, sexualidade e geração.

Estatísticas apontam que a cada hora, 5 mulheres são assassinadas por razões de gênero. Enquanto 56% dos homicídios de mulheres são cometidos por parceiros íntimos ou familiares, apenas 11% dos homicídios masculinos ocorrem no âmbito doméstico e familiar (ONU Mulheres, 2022). No Brasil, mulheres negras morrem 1,8 vezes mais do que mulheres não negras. Travestis negras e jovens são as que mais sofrem violência entre as pessoas LGBTQIA+ (Cerqueira, Bueno, 2023).

O uso de uma perspectiva intersseccional possibilita uma melhor percepção de como “sistemas múltiplos de subordinação” se entrecruzam, resultando em distintos processos de desigualdades

¹ Trabalho apresentado no VII Seminário Internacional Violência e Conflitos Sociais: Relações de Poder e Segurança Pública, promovido pelo Laboratório de Estudos da Violência (LEV) e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Violência, Poder e Segurança Pública (INViPS) da Universidade Federal do Ceará, a ser realizado entre os dias 16 a 19 de abril de 2024, na cidade de Fortaleza-CE, Brasil.

Realização



Apoio



e discriminações (Crenshaw, 2002, p. 177). Tais formas de opressão e vulnerabilidades contornam corpos de maneiras específicas, suas sociabilidades e a percepção social, bem como a ação (e omissão) governamental, delimitando o valor sobre vidas que merecem ser vividas e vidas que não são passíveis de cuidado.

Este artigo foca-se para os casos de violência letal contra mulheres, desagregando-as em duas categorias: feminicídios e demais mortes violentas intencionais. As Mortes Violentas Intencionais (MVIs) são definidas como os crimes nos quais a morte ocorreu por alguma agressão brutal e intencional, tais como feminicídio, homicídio doloso, roubo seguido de morte, lesão corporal seguida de morte, estupro seguido de morte, infanticídio, maus tratos qualificados pelo resultado de morte, dentre outros.

No Brasil, feminicídio foi definido pela Lei 13.104/2015 como homicídios contra mulheres por razões da condição de “sexo feminino”, compreendido a sua ocorrência relacionada à violência doméstica e familiar, ou ao menosprezo ou discriminação à “condição de mulher” (Brasil, 2015), destacando as intersecções entre gênero e relações desiguais de poder na violência letal contra mulheres.

Considerando tais conceituações, esse estudo baseia-se nesses dois tipos de tipos de assassinatos de mulheres, ocorridos em Teresina-Piauí no ano de 2021 até o primeiro semestre de 2022, tendo como base os dados quantitativos presentes no 2º Boletim do Observatório Mulher Teresina (OMT), núcleo de estudos e pesquisas municipal vinculado à Secretaria Municipal de Políticas Públicas de Teresina (SMPM). Os dados presentes nessa publicação foram obtidos por meio de registros da Secretária de Segurança do Estado do Piauí (SSPPI). Este artigo tem o objetivo de analisar tais dados, destacando as similaridades e particularidades entre os feminicídios e as demais MVIs.

A análise dessas violências letais contra direcionou-se para alguns aspectos e intersecções presentes nesse 2º Boletim, realizando a sua categorização em quatro tópicos: raça/etnia e geração; raça/etnia e instrumentos utilizados na violência; motivações dos assassinatos² e relações de gênero; e aspectos territoriais. Alguns dos gráficos foram adaptados de modo a agrupar em uma única ilustração informações dos dois tipos de violência letal.

Ademais, não foi realizada análise da categoria classe, devido limite na informação do Boletim e também pela ausência de cruzamento com outras categorias. Contudo, é possível perceber relação de classe na publicação do OMT, na medida em que tanto nos casos de feminicídios como nas demais MVIs “a maioria das ocupações se associa à baixa remuneração, informalidade, instabilidade empregatícia e de renda, e a trabalhos socialmente pouco valorizados, o que coloca essas mulheres em situação de vulnerabilidade social e econômica” (Santos, Aguiar, Medeiros, 2022, p. 13).

INTERSECÇÕES NAS MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS DE MULHERES NA CIDADE DE TERESINA-PIAÚI

De 2015 até o primeiro semestre de 2022, 145 mulheres foram mortas de maneira violenta e intencional em Teresina, das quais 51 foram por feminicídio (35%). O ano de 2021 foi o que ocorreu mais assassinatos de mulheres, sendo 11 por feminicídios e 15 por demais MVIs, um total de 26 casos. Já no primeiro semestre de 2022, ocorreram 03 feminicídios e 05 demais MVIs.

Tendo em vista que os dados do 2º Boletim focam nos anos de 2021 e 2022, o universo de casos analisados neste artigo totaliza 34 mortes violentas intencionais de mulheres, sendo 14 feminicídios e 20

² As motivações dos demais MVIs foram obtidas durante a produção do 2º Boletim, contudo não foi explicita no mesmo, sendo um dado adicional neste artigo.

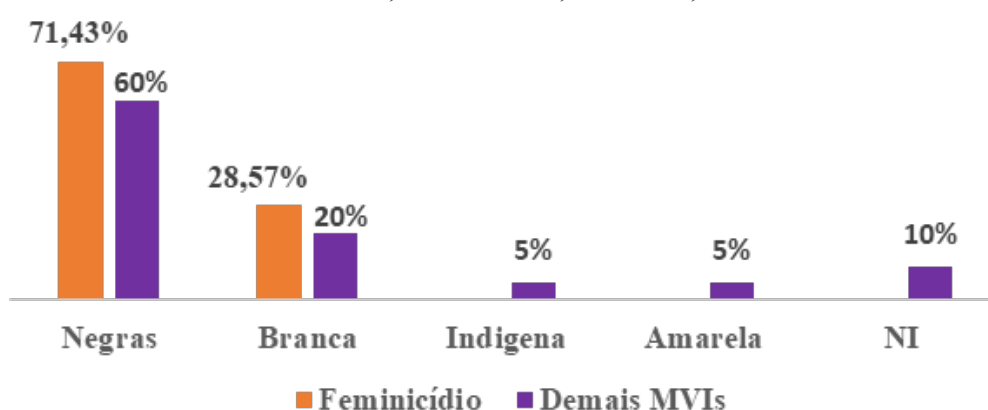
demais mortes violentas intencionais de mulheres.

Ressalta-se que é importante compreender a violência letal dentro de uma perspectiva interseccional, ampliando o olhar para as experiências das identidades femininas.

A análise que leva em conta o gênero e as experiências interseccionais situa o fenômeno dos feminicídios no contexto das relações, considerando que a combinação de categorias presentes nas experiências das mulheres é heterogênea, demonstrando em que sentido morrer por ser mulher tem relação com o modo como se vivia essa condição de gênero, que tornou essa vida mais passível de letalidade (Albuquerque, 2024, p.7).

De acordo com os dados do Boletim, observa-se a relação entre gênero, raça/etnia e geração. Tanto nos feminicídios como nas demais MVIs, mais da metade dos assassinatos foram praticados contra mulheres negras (pretas e pardas), sendo 71,43% e 60%, respectivamente. A morte de mulheres brancas ficou na faixa de 20%, sendo um pouco maior nos casos de feminicídios.

Gráfico 1 – Distribuição percentual segundo a raça/etnia e o tipo de Morte Violenta Intencional de mulheres, 2021-2022*, Teresina, Piauí.



* Até junho de 2022. Autoria própria, com base em Santos, Aguiar, Medeiros (2022).

Essa realidade se assemelha com estatísticas nacionais: 62% dos casos de feminicídios e 70,7% nas demais MVIs de 2021 foram de mulheres negras (FBSPa, 2022). Isso reflete a “opressão sistematizada” e o “lugar do inferior desumanizado” que conformam corpos racializados (Lorde, 2019, p. 239) e evidencia o “mito da democracia brasileira”, que oculta os processos históricos de violência sistematizada e direcionada à determinada raça/etnia e gênero (Gonzalez, 2020, p. 168).

Em relação à faixa etária e o ciclo de vida, houve uma diferença inversa no perfil das mulheres de acordo com o tipo de violência letal. Nos casos de feminicídios, 57,14% eram mulheres adultas, principalmente na faixa etária de 30 a 34 anos (21,43%). Já as demais mortes violentas intencionais predominaram entre mulheres jovens de 15 a 29 anos (55,56%), tendo um número maior entre a faixa etária de 20 a 24 anos de idade (27,78%). Essa diferenciação etária segundo o tipo de violência letal é similar à outras pesquisas (FBSP, 2022b; Silva, 2017). Ressalta-se também a violência letal contra mulheres idosas, principalmente no feminicídio (02 casos) e da morte violenta intencional na infância (02 crianças).

Realização

levi LABORATÓRIOS DE ESTUDOS DA VIOLENCIA

UFC70

INVIPS

Apoio

CNPq

CAPES

ADUF

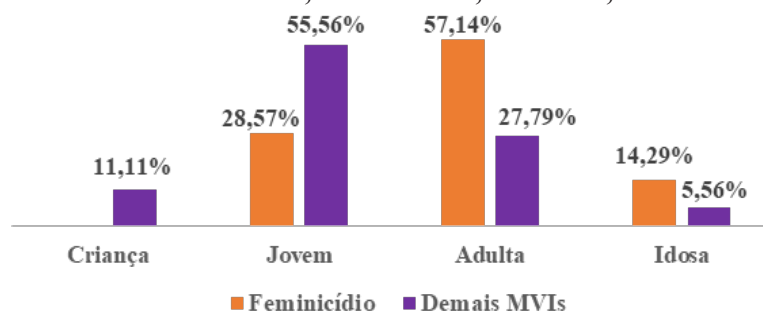
SESC

Fecomércio Senac

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

FUNCAP

Gráfico 2 – Distribuição percentual segundo o ciclo de vida e o tipo de Morte Violenta Intencional de mulheres, 2021-2022*, Teresina, Piauí.



* Até junho de 2022. Autoria própria, com base em Santos, Aguiar, Medeiros (2022).

A diferenciação do ciclo de vida demonstra uma informação importante para se pensar ações de políticas públicas de prevenção. Também corrobora na discussão sobre violência urbana, juventude e envelhecimento, principalmente quando se associa tal informação com gênero e indicadores raciais, conforme apresentado a seguir.

GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

Ao apresentar a análise conjunta entre a faixa etária e o indicador racial, o 2º Boletim do Observatório Mulher Teresina possibilita uma análise mais aprofundada sobre intersecções, proporcionando também um comparativo com outros estudos.

Conforme a Tabela 1, 50% dos casos de feminicídios foram de mulheres adultas negras, principalmente na faixa etária de 30 a 34 anos (21,43%). Entre as mulheres não negras, houve uma maior variação nas idades, se concentrando entre 15 a 24 anos, 45 a 49 anos, e 60 ou mais.

TABELA 1 – NÚMERO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS FEMINICÍDIOS SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O INDICADOR RACIAL, 2021-2022*, TERESINA-PIAÚÍ.

Faixa etária/indicador racial	Não negra		Negra		Total	
	N	%	N	%	N	%
15 a 19 anos	1	7,14%	1	7,14%	2	14,29%
20 a 24 anos	1	7,14%	0	0%	1	7,14%
25 a 29 anos	0	0%	1	7,14%	1	7,14%
30 a 34 anos	0	0%	3	21,43%	3	21,43%
35 a 39 anos	0	0%	1	7,14%	1	7,14%
40 a 44 anos	0	0%	1	7,14%	1	7,14%
45 a 49 anos	1	7,14%	1	7,14%	2	14,29%
55 a 59 anos	0	0%	1	7,14%	1	7,14%
60 a mais	1	7,14%	1	7,14%	2	14,29%
Total	4	28,57%	10	71,43%	14	100%

* Até junho de 2022. Santos, Aguiar, Medeiros (2022).

Já nas demais mortes violentas intencionais, também têm-se a predominância de mulheres negras,

Realização



Apoio



mas jovens, com 41,17%, principalmente entre 25 a 29 anos. As mulheres não negras também eram em sua maioria jovens, entre 20 a 24 anos de idade.

Tabela 2 – Número e distribuição percentual das demais mortes violentas intencionais de mulheres segundo a faixa etária e o indicador racial, 2021-2022*, Teresina-Piauí.

Faixa etária/indicador racial	Não negra		Negra		Total	
	N	%	N	%	N	%
0 a 4 anos	1	5,88%	1	5,88%	2	11,76%
15 a 19 anos	0	0%	1	5,88%	1	5,88%
20 a 24 anos	3	17,65%	2	11,76%	5	29,41%
25 a 29 anos	0	0%	4	23,53%	4	23,53%
30 a 34 anos	1	5,88%	0	0%	1	5,88%
35 a 39 anos	1	5,88%	1	5,88%	2	11,76%
40 a 44 anos	0	0%	1	5,88%	1	5,88%
60 a mais	0	0%	1	5,88%	1	5,88%
Total	6	35,29%	11	64,71%	17	100%

* Até junho de 2022. Santos, Aguiar, Medeiros (2022).

Tanto os dados de feminicídio quanto os das demais MVIs são similares à pesquisa feita por Silva *et al* (2022), ao analisar os mesmos tipos de violência letal contra mulheres ocorridas na Bahia. Tendo em vista a relação do feminicídio com o *continuum* de violência muitas vezes praticada por parceiro íntimo (Meneghel, Portella, 2017), observa-se uma maior vulnerabilização de corpos de mulheres negras adultas.

Já nas mortes que se relacionam mais com a violência urbana, tem-se a relação com o juvenicídio, compreendido como a eliminação sistemática da juventude negra - no caso em questão, de jovens mulheres negras -, resultado de discriminações, precarizações, e desacreditadoções em suas trajetórias que tornam suas vidas dispensáveis (Valenzuela, 2016). Este autor ressalta que tanto o feminicídio quanto o juvenicídio são mortes antecipadas e evitáveis, visto que são consequências de realidades econômicas, sociais e culturais precárias.

2.2 GÊNERO, RAÇA/ETNIA E INSTRUMENTO UTILIZADO

Em relação ao instrumento utilizado na prática das mortes violentas intencionais, em ambas as formas de violência predominou o uso de arma de fogo, sendo que “a cada 10 mulheres assassinadas, por feminicídio ou outras mortes violentas intencionais, 05 foram mortas por armas de fogo” (Santos, Aguiar, Medeiros, 2022, p.13). O segundo meio mais utilizado foi arma branca (29% entre os feminicídios e 20% entre as demais MVIs). Tem-se uma maior variação dos instrumentos nas demais mortes violentas intencionais. Contudo, ocorreu um feminicídio no qual se fez uso de pedra. Isso difere da pesquisa de Silva *et al* (2022), na qual a arma de fogo foi predominante apenas nas demais MVIs (68,4%) e nos feminicídios o principal meio utilizado foi arma branca (51,1%).

Além disso, o 2º Boletim aponta diferenciações relacionadas mais ao indicador racial do que ao tipo de violência letal, demonstrando a relação entre o racismo estrutural na sociedade brasileira e as dinâmicas de violência contra corpos femininos, como é possível observar nas tabelas 3 e 4.

Tabela 3 – Número e distribuição percentual dos feminicídios segundo o instrumento utilizado e o indicador racial, 2021-2022*, Teresina-Piauí.

Instrumento/indicador racial	Não negra		Negra		Total	
	N	%	N	%	N	%
Arma branca	0	0%	4	40%	4	28,57%
Arma de fogo	3	75%	4	40%	7	50%
Outros	1	25%	1	10%	2	14,29%
Pedra	0	0%	1	10%	1	7,14%
Total	4	100%	10	100%	14	100%

* Até junho de 2022. Santos, Aguiar, Medeiros (2022).

Tabela 4 – Número e distribuição percentual das demais mortes violentas intencionais de mulheres segundo o instrumento utilizado e o indicador racial, 2021-2022*, Teresina-Piauí.

Instrumento/indicador racial	Não negra		Negra		Total	
	N	%	N	%	N	%
Arma branca	0	0%	4	33,33%	4	22,22%
Arma de fogo	4	66,70%	6	50%	10	55,56%
Asfixia	1	16,70%	0	0%	1	5,56%
Espancamento	1	16,70%	0	0%	1	5,56%
Outros	0	0%	2	16,70%	2	11,11%
Total	6	100%	12	100%	18	100%

* Até junho de 2022. Santos, Aguiar, Medeiros (2022).

De modo geral, em ambos os tipos de morte e indicadores raciais, há a predominância do uso de arma de fogo, sendo o seu uso proporcionalmente maior contra as mulheres não negras (75% nos feminicídios e 66,7% nas demais mortes violentas intencionais). Contudo, observa-se duas diferenciações na violência letal contra mulheres negras: um maior uso de um instrumento intermediador da violência; e uma maior variedade nos meios utilizados contra essas mulheres.

Sobre a primeira situação, excetuando os casos registrados como “outros”, 90% dos feminicídios e 83,33% das demais mortes violentas intencionais de mulheres negras tiveram o uso de algum instrumento intermediador da violência praticada. Já nos crimes contra mulheres não negras, esses números foram de 75% e 66,7%, respectivamente. Chamou a atenção o uso de agressão física (espancamento ou asfixia) somente contra mulheres não negras nas demais MVIs.

Em relação à variedade dos instrumentos utilizados, apenas nos assassinatos de mulheres negras houve a utilização de arma branca (40% nos feminicídios e 33,33% nas demais MVIs) e de pedra. Estes meios podem ser associados ao emprego de maior intensidade e crueldade, podendo correlacionar com algumas dinâmicas de violência contra mulheres negras, como imagens estereotipadas de que são mais fortes e que suportariam mais dor, sendo atos violentos marcados por sexismo e racismo (Almeida, Pereira, 2012).

São representações que orientam posturas e práticas violentas contra as mulheres pretas e pardas por parte de seus companheiros, e que abrangem: a constante fiscalização de sua sexualidade, na medida em que são consideradas hipersexualizadas; a negação de sua sexualidade, uma vez que seus atributos estéticos estão distantes daqueles atribuídos às mulheres brancas, tomados como padrão de beleza; a violência sexual, como forma de humilhação e/ou pela desconsideração de sua humanidade; as humilhações degradantes,

com ousem a presença do insulto racial, ancoradas na percepção de seu status socialmente subalterno; a exploração econômica dos recursos obtidos pelo seu trabalho remunerado, com base na imagem de que são trabalhadoras incansáveis e que o mero fato de se relacionar com elas constitui, por si só, um favor, que deve ser retribuído; a exploração de seu trabalho no âmbito doméstico, com base na imagem de que são naturalmente cuidadoras; a agressão física brutal, que parte do pressuposto de sua força física avantajada (Almeida, Pereira, 2012, p. 58-59).

Com isso, é importante considerar as intersecções nas problemáticas enfrentadas pelas mulheres, uma vez que os meios utilizados contra corporalidades negras e não negras são diferentes (Lorde, 2019). Há uma construção histórica de representações sobre as mulheres negras de modo a manter os processos de opressão, tendo uma relação entre imagens sobre os corpos racializados e as dinâmicas de violência contra mulheres.

RELAÇÕES DE GÊNERO E MOTIVAÇÕES NAS MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

De acordo com a definição do feminicídio presente na legislação brasileira e suas motivações, dos casos ocorridos em Teresina no ano de 2021 até o segundo semestre de 2022, 64% foram em decorrência de violência doméstica e familiar e 36% por menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Já as demais mortes violentas intencionais tiveram em suas motivações a relação com situações relacionadas à violência urbana e criminalidade: disputas de gangue/vingança (4), engano (2), latrocínio (1), enfrentamento com a polícia (1), traição/emboscada (1). Já nas pesquisas de Silva *et al* (2022) e Silva (2017) houve uma maior associação de mortes violentas intencionais de mulheres com as dinâmicas de tráfico de drogas.

Considerando tais motivações, pesquisas teóricas sobre conceituações de feminicídios/femicídio e o aparato legislação brasileira de feminicídio, chama-se a refletir sobre alguns aspectos, uma vez que ao mesmo tempo que a lei fornece o embasamento para a compreensão e delimitação do feminicídio, também pode apresentar lacunas e ocultar algumas dinâmicas de violência contra identidades femininas (Albuquerque, 2024).

Olhando para além do aparato legal brasileira, alguns dos assassinatos de mulheres aqui caracterizados como demais MVIs, relacionado ao crime organizado, gangues e mortes por engano, são considerados como feminicídios dentro da literatura especializada (Caicedo-Roa, Bandeira, Cordeiro, 2021; Meneghel *et al*, 2013; Meneghel, Portela, 2017).

Meneghel e Portela (2017) situam dentro de novas tipologias de feminicídio as mortes por conexão, ou crimes praticados por engano, que ocorrem quando a mulher se encontra na linha de fogo de um homem, ou foi confundida com outra mulher. Além disso, destacam a maior presença das mulheres na criminalidade, o que as coloca também em maior risco à vida do que os homens por terem seus corpos transformados em “território de vingança”, sendo muitas vezes executada no lugar do seu companheiro como uma forma de aviso e por serem mais fáceis de serem localizadas devido as funções de cuidado, “fazendo com que esse crime também se caracterize como feminicídio, embora não seja visto como tal pelos operadores policiais e população” (Meneghel, Portela, 2017, p. 3081).

Além disso, ao se observar as motivações identificadas nos feminicídios, tem-se uma maior visibilidade à violência doméstica e familiar e um número percentual pequeno de casos relacionados à menosprezo, levando a refletir sobre a compreensão desse segundo elemento e da violência de gênero. A lei 13.104/2015, ao delimitar a “condição de sexo feminino”, pode corroborar para uma compreensão essencializada e universal sobre mulher, excluindo outras produções de mulheridades e de identidades de gênero femininas que são violentadas e assassinadas em razão de gênero. Nos dados em questão desse 2º Boletim, todos os fe-

minicídios foram contra mulheres cisgêneras e não consta identidades de gênero nas demais MVIs. Letícia Nascimento (2021, p. 167) propõe um “alargamento conceitual” sobre feminicídio, compreendendo que “travestis, mulheres cisgêneras e transexuais compartilham uma vulnerabilidade social por performarem identidades de gênero femininas em suas realidades sociais diárias”.

Ademais, as relações de gênero se apresentam de maneira desigual e se combinam com outras estruturas para organizar a vida social (Albuquerque, 2024). Compreender as motivações das mortes violentas intencionais perpassa não apenas as relações de gênero, mas as demais intersecções que se entrecruzam e se apresentam nas trajetórias femininas que permearam a sua vida até a morte antecipada.

ASPECTOS TERRITORIAIS

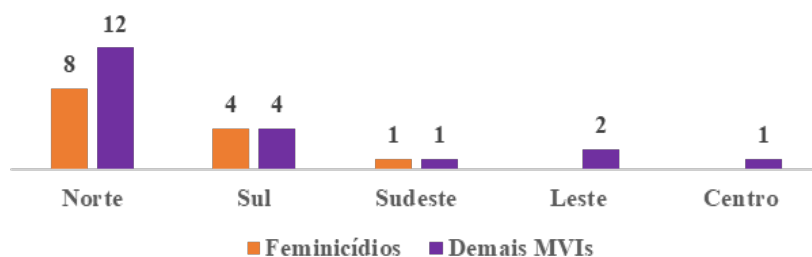
Os feminicídios e demais MVIs possuíam temporalidades diferentes, mas territorialidades similares. Enquanto os feminicídios ocorreram principalmente no final de semana (58%) e em períodos diurnos (65%), os demais casos de mortes violentas intencionais de mulheres ocorreram predominantemente no durante os dias úteis da semana (70%) e em períodos noturnos (55%). A pesquisa realizada na Bahia por Silva *et al* (2022) também trouxe resultado similar no que se refere ao turno do dia e o tipo de violência letal.

Em relação à território e à violência contra mulheres, Meneghel *et al* (2017) observou a relação entre a maior frequência de feminicídios, a existência de iniquidades sociais, a maior presença de pentecostalismo e o aumento dos homicídios masculinos, destacando a relação entre território, desigualdades sociais, poder patriarcal e feminicídios.

Na atualidade, em vários países das Américas e em muitas regiões brasileiras, em territórios de extrema desigualdade social, conflito armado, grilagem de terras, regiões de fronteira, favelas e em circunstâncias onde vigora a lei de um segundo estado, os feminicídios passaram a ser praticados como uma forma de punição exemplar, de demonstração de poder ou uma mensagem às mulheres para que se comportem e aos outros homens para mostrar quem está no comando (Meneghel *et al*, 2017b, p. 2967).

Tendo em vista a importância de informações georeferenciadas para o fomento de políticas públicas, em ambas as violências letais contra mulheres em Teresina, a maioria dos casos ocorreram nas regiões Norte e Sul da cidade, como observado no gráfico 3. Na região Norte, ocorreram 8 casos de feminicídios e 12 demais MVIs, seguida da região Sul com 4 registros em cada tipo de morte.

Gráfico 3 – Distribuição percentual segundo a região da ocorrência e o tipo de Morte Violenta Intencional de mulheres, 2021-2022*, Teresina, Piauí.



* Até junho de 2022. Autoria própria, com base em Santos, Aguiar, Medeiros (2022).

Realização

levi LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA VIOLENCIA

UFC70

INVIPS

Apoio

CNPq

CAPES

ADUFC

SESC

Fecomércio Senac

CEARÁ GOVERNO DO ESTADO SECRETARIA DOS DIREITOS HUMANOS

FUNCAP

Como ressaltado pela publicação do Boletim, há a necessidade de análise de tais territórios de maneira mais aprofundada, compreendendo as desigualdades no desenvolvimento e ações governamentais, que podem ocasionar em diversas vulnerabilidades, violências e exclusões sociais (Santos, Aguiar, Medeiros, 2022). Considera-se pertinente uma associação de tais dados com outras pesquisas, situando também os bairros, como o estudo produzido por Chaves *et al* (2022), e articulação com outras problemáticas sociais e demais violências de gênero para melhor direcionamento de políticas públicas de prevenção à violência letal contra mulheres.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise interseccional mostrou-se fundamental para compreensão das mortes violentas intencionais, evidenciando a sua relação estrutural com o racismo e o sexismo na sociedade. Observa-se a necessidade de dados locais neste tema sobre o contexto de pessoas de sexualidades e identidades de gênero dissidentes, bem como aprofundamento da relação entre vulnerabilidades territoriais e violência contra mulheres.

Ademais, assim como o gênero não pode ser essencializado, também não pode ser compreendido como uma categoria isolada ou única. Independente da forma da morte, não é possível retirar nem isolar o gênero de suas vidas, observando apenas um ou outra categoria estrutural como determinante para compreender as dinâmicas da violência perpetrada.

Tratam-se de corpos racializados, territorializados, marcados por experiências de vivenciar as expressões de gênero de maneiras diferentes e que devem ser compreendidas independente da forma que foi denominada a morte violenta intencional. As relações de gênero, raça/etnia, geração, classe, bem como aspectos territoriais específicos são importantes para se pensar ações mais focalizadas e efetivas de prevenção e diminuição da letalidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. M.M. Oito anos da lei do feminicídio (13.104/15) e muitos desafios. **Mediações**, Londrina, v. 29, n.1, p. 1-19, jan.-abr. 2024. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/49160/50244>

ALMEIDA, T.M.C. de, PEREIRA, B.C.J. Violência doméstica e familiar contra mulheres pretas e pardas no Brasil: reflexões pela ótica dos estudos feministas latino-americanos. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**. v.2, n.2. Dossiê: Cultura e Política, dez. 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/criticaso-ciedade/article/view/21941/12030>

BRASIL. **Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015**. Lei do feminicídio. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm

CAICEDO-ROA, M.; BANDEIRA, L.; CORDEIRO, R. Femicídio e Feminicídio: discutindo e ampliando os conceitos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 30, n. 3, e83829, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/8GzxSjJtLX7P3ryZRbtsvmH/?format=pdf&lang=pt>

Realização



Apoio



- CERQUEIRA, D. BUENO, S.B. **Atlas da violência 2023**. Brasília: IPEA; FBSP, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12614/10/RI_Atlas_da_Violencia_2023.pdf
- CHAVES, S.V.V. *et al.* Vulnerabilidade social da cidade de Teresina, Piauí. **Rev. Geociênc.** Nordeste, Cai-có, v.8, n.2, (Jul-Dez) p.13-27, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/download/27200/16050/100435>
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, 2002 Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>
- FBSP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **A violência contra pessoas negras no Brasil 2022**. Infográfico. 2022a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/11/infografico-violencia-desigualdade-racial-2022.pdf>
- _____. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. Ano 16, 2022b. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>
- GONZALEZ, L. A mulher negra no Brasil. IN: RIOS, F. LIMA, M. (orgs) **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 158-170
- LORDE, A. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. IN: HOLLANDA, H. B. de. (org). **Pensamento feminista**; conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 239-249.
- MENEGHEL, S.N. *et al.* Femicídios: narrativas de crimes de gênero. **Interface** (Botucatu), v.17, n.46, p.523-33, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1801/180128561003.pdf>
- MENEGHEL, S. N.; PORTELLA, A. N. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciência & Saúde Coletiva**. 22 (9): 3077-3086, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SxDFyB4bPnxQGpJBnq93Lhn/abstract/?lang=pt>
- Meneghel *et al.* Femicídios: estudo em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(9):2963-2970, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/mwqv-ZXLG6vwwchnyt8LTLTB/>
- NASCIMENTO, L. C. P. do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021
- ONU Mulheres. **Gender-related killings of women and girls (femicide/feminicide)**. 2022. Disponível em: https://reliefweb.int/report/world/gender-related-killings-women-and-girls-femicidefeminicideenarruzh?gad_source=1&gclid=CjwKCAiAx_GqBhBQEiwAIDNAZhTfKWjTgILEjqezxRPNlsIKWbInNBa68eE-agef5hj-fGvJyZCMcWxoCjL8QAvD_BwE
- SANTOS, S.J.G. dos; AGUIAR, J.M.B.de; MEDEIROS, P.L. de. **2º Boletim OMT: Violência letal contra mulheres em Teresina**. Observatório Mulher Teresina-Secretaria Municipal de Políticas Públicas para mulheres de Teresina. Teresina-Piauí. Dezembro, 2022. Disponível em: <https://smpm.pmt.pi.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2023/05/2-BOLETIM-OMT-10-05-1.pdf>

SILVA, J.S. de et al. Dinâmica dos feminicídios e diferenciação dos padrões de mortes violentas de mulheres na Bahia. **XLVI Encontro da ANPAD – EnANPAD**, 2022. On-line, 21- 23 set. 2022. Disponível em: <http://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/ba053350fe56ed93e64b3e769062b680.pdf>

SILVA, S. L. Mulheres e criminalidade: aspectos de uma inclusão inviesada. **Revista Transgressões: ciências criminais em debate**, v. 5, n. 2, Outubro, 2017, Natal/RN. p. 104-118. Disponível em: <https://periodicos.ufm.br/transgressoes/article/view/13014>

VALENZUELA, J.M.A. Juvenicidio: necropolítica y iuvenis sacer. En: BORELLI, Silvia. **Jóvenes latinoamericanos: Necropolíticas, culturas políticas y urbanidades**, inédito, mimeo, 2016. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/valenzuela-manuel-2016-juvenicidio-necropolitica-y-iuvenis-sacerpdfpdf-free.html>

Realização



Apoio

